

PELLEJERO, Eduardo. *A postulação da realidade*. Trad. Susana Guerra. Lisboa: Vendaval, 2009. 200 p.

Márcio Venício Barbosa*

Se, seguindo a indagação do *compromisso* na esteira de Sartre, perguntarmos para quem Eduardo Pellejero escreve *A postulação da realidade*, algumas pistas podem ser levantadas, sobretudo a partir do subtítulo: Filosofia (com F maíúsculo), literatura, política.

A ordem das palavras diz um pouco do lugar em que se posiciona o autor: trata-se de um livro de Filosofia, no qual o exercício do pensamento é vivo e, não contente de pulsar entre as páginas, faz pensar também o leitor. A disposição das palavras, porém, em duas linhas, faz lembrar o grande embate iniciado por Platão contra o simulacro engendrado pelos poetas. A palavra “política”, solitária na linha de baixo, não deixa de lembrar a *polis* da qual o filósofo quis expulsar os poetas.

Essa primeira pista mostra que o livro se endereça àqueles que se ocupam das grandes questões filosóficas da contemporaneidade, fundamentadas, para dizer numa simplicidade metonímica, no encontro com Nietzsche e no distanciamento de Platão. Para esse público, cada um dos artigos do livro levanta um problema filosófico relevante para o pensamento contemporâneo, como o lugar da ficção, a pertinência do conceito de cultura na filosofia de Deleuze, o agenciamento de uma revolução no contexto atual...

Mas as palavras “literatura” e “política” abrem o livro a outros leitores, fazendo dele a representação de uma *exterioridade* que vê os campos literário e político a partir do olhar filosófico, constituído como o *fora* para esses campos.

Ao apresentar, portanto, *A postulação da realidade*, eu deveria me qualificar como um leitor capacitado para falar diante de uma audiência sobre a temática desenvolvida nesse livro. Vou, porém, me desqualificar, no sentido em que não vou lhes falar a partir do discurso filosófico, que não domino, mas a partir do lugar de quem estuda a literatura e que, com a leitura deste livro, pode compreender melhor o seu próprio campo de trabalho, como é próprio do conhecimento que se pode constituir diante de uma fala exterior.

Procurarei, então, destacar algumas idéias apresentadas por Eduardo Pellejero,

* Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor adjunto de Língua e Literatura Francesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte – Brasil. E-mail: mbarbosa.ufrn@gmail.com.

afeitas sobretudo ao campo literário, que escolhi na arbitrariedade que me permitiu o agenciamento que foi a minha leitura.

No primeiro artigo, “Conjura dos falsários”, trata-se da oposição entre o filósofo e o poeta, a qual perde o sentido com a alteração substancial operada no conceito de “verdade”. O fato, porém, de se poder relativizar a verdade não implica na negação da realidade:

Não é questão de escapar do mundo que existe (nem pela destruição da verdade da que se reclama nem pela postulação de uma verdade superior), mas de criar as condições para a expressão de outros mundos possíveis, os quais, pela introdução de novas variáveis, venham a desencadear a transformação do mundo existente. (PELLEJERO, 2010, p. 19)

No reencontro entre o poeta e o filósofo, o problema maior parece se apresentar para a filosofia, para a qual o abandono do platonismo significa trazer ao primeiro plano da cena filosófica, uma corrente que se fortaleceu a partir de Nietzsche, mas que teve anteriormente manifestações pontuais em plena vigência de uma filosofia tradicional. Para muitos filósofos, entre os quais Gilles Deleuze, uma certa arqueologia do anti-platonismo torna-se um exercício extremamente frutífero, haja vista a abordagem que faz esse autor da obra de vários outros filósofos, das quais extrai conceitos que se tornam, em si mesmos, novos problemas para o pensamento contemporâneo.

Para a literatura, o reencontro com a filosofia, da qual ela não chegou a afastar-se totalmente, a mentira nunca foi um problema. Pode-se mesmo dizer que, para a literatura, a mentira sempre foi uma verdade e que muitos dos mundos ficcionais criados desde Homero são reais em incontáveis discursos, como se o contato com a ficção nos expusesse todos ao vírus do bovarysmo. A produção literária, qualquer que seja o credo poético do autor, passa irremediavelmente pela criação de verdades, mais ou menos, de acordo com o contexto dessa produção, comprometidas com a realidade imediata.

Uma literatura engajada, como a de Sartre, por exemplo, põe a ficção a serviço do seu pensamento e pretende que ela o ajude a alterar a realidade. É o que se pode ler em *O que é a literatura?*, que Pellejero analisa ao lado de outro autor francês, que quase podemos situar no extremo oposto do engajamento: Roland Barthes. A presença de *O que é a literatura?* e de *O grau zero da escritura* em um mesmo artigo mostra a sensibilidade do autor para a questão literária, pois esses textos da década de 1950 ainda dizem muito do fazer literário. Isso

porque, por um lado, o engajamento literário persiste, ainda que sem a força doutrinária dos textos sartreanos, assim como persiste o exercício de estilo que caracteriza o estudo de Barthes, inovador à sua época.

Para Pellejero,

[...] para além das (incessantes) tentativas da crítica em apropriar-se do conceito, a poética continua a conservar um sentido programático fundamental, e, para além da sua subordinação à preeminência de uma realidade social ou de uma ordem institucional qualquer, continua a descobrir e a estabelecer contextos colectivos próprios (planos de imanência), onde se conjugam, na redefinição do que se entende por literatura, por ficção ou por escrita num determinado período, as urgências políticas com as propostas estéticas, conceptuais ou teóricas, dando conta de uma vontade ou de uma potência de intervir sobre a realidade que excede o campo da política no sentido clássico. (PELLEJERO, 2010, p. 51)

Embora possamos observar claramente na literatura contemporânea essas “urgências políticas” e essa “vontade de intervir na realidade”, é inegável que o tipo de organização que poderia caracterizar um “movimento” não opera mais. Às vezes, tem-se a impressão de que a identificação dessas urgências em determinados grupos de autores, ou determinadas minorias, é algo que se faz *a posteriori*, como se fosse uma aproximação criada e sustentada pela crítica.

Entretanto, repetimos, o lugar para o engajamento persiste, assim como persiste o trabalho formal da expressão literária. Apenas o papel do escritor sofre uma alteração:

[...] o escritor deixa de ser um autor para passar a ser um operador, isto é, agente de um movimento de subtração ou de amputação dos elementos que tendem a homogeneizar e estabilizar a realidade social, movimento que vê dobrado por outro movimento que pode chegar a fazer nascer e proliferar algo inesperado. Por outras palavras: Escreve-se sempre para dar vida, para fazer ver e pensar algo que havia permanecido na sombra, obscurecido pelas representações do saber e do poder, entidades cuja existência nem se suspeitava. (PELLEJERO, 2010, p. 70)

Ao se posicionar criticamente, o escritor possibilita, portanto, os agenciamentos que poderão fazer ouvir as minorias em seu devir. Mas ocorre aqui uma diferença fundamental: os agenciamentos não implicam obrigatoriamente numa “identidade cultural”, mas, antes, num devir do próprio escritor com relação ao tema de que trata em seu livro. Essa diferença faz com que, contrariamente ao engajamento sartriano, o livro não esteja mais a serviço de uma filosofia, mas que ele desencadeie novos agenciamentos, que não se submeterão a um controle externo ou ideológico, pois assim como o escritor devém outra coisa, de acordo com o tema que desenvolve, o leitor, afeito ao mesmo tema, também estará em devir. Esta é a condição para a “fabulação”, de que trata Pellejero em um dos seus capítulos:

Fabular não é uma utopia, mas a possibilidade de alcançar uma linha de transformação, através da expressão, em situações históricas que fazem aparecer toda a mudança como impossível. Não se fabula uma verdade política universal, mas apenas uma estratégia singular não totalizável. Fabular não responde à necessidade de integrar todas as culturas, todas as formas de subjectividade e todas as línguas num devir comum, mas apenas à necessidade estratégica de salvar da alienação uma cultura, para permitir o florescimento de uma subjectividade, para arrancar do silêncio uma língua. Não é uma solução para tudo nem para todos (e esta é a sua debilidade), mas pode ser o único para alguns (e esta é a sua potência). Não a arte (técnica) do possível, mas a arte (transformação) do impossível. (PELLEJERO, 2010, p. 86)

A fabulação pode, portanto, criar subjetivações lá onde antes elas não existiam; fazer surgir um devir que poderá dar voz a uma minoria; ampliar o campo ficcional para que se oponha aos discursos hegemônicos:

[...] a destruição do conceito de verdade histórica por uma instrumentalização da potência do falso, poderia propiciar a oposição de ficções alternativas às ficções dominantes, como agenciamentos colectivos de enunciação que apelam à constituição de um povo que aparece como ausente. (PELLEJERO, 2010, p. 99)

Essas ficções alternativas são os agentes da erosão dos limites entre o factual e o ficcional. E não é por acaso que Borges é tema de um dos capítulos do livro, ele que com “Kafka e seus

precursores”, por exemplo, opera a transvaloração que nos permite vislumbrar o passado com um outro olhar ou, para utilizar a expressão de Nietzsche empregada no texto, nos permite operar uma “transfiguração do passado”.

Mas se a fabulação permite salvar da alienação *uma cultura*, obviamente em posição desfavorável diante dos discursos hegemônicos, o próprio conceito de “cultura” não encontra um lugar confortável no pensamento de Deleuze:

A posição deleuziana a respeito da cultura não é tão simples. Como na maioria das avaliações que Deleuze propõe dos conceitos fundamentais, a atitude crítica da qual se reclama pretende ir para além destas oposições binárias. A filosofia deleuziana em geral, e a sua recharacterização à luz da inactualidade em especial, implica mais que nada uma pluralidade de pontos de vista, onde as relações diferenciais não se reduzem a meras oposições, e onde a solução, quando possível, implica pelo menos uma terceira posição paradoxal. (PELLEJERO, 2010, p. 113)

Um pensamento plural como o de Deleuze não poderia ver a cultura senão “como campo de batalha ou teatro de operações” e não mais um lugar de reconhecimento. Isso significa que há pouco ou nenhum espaço para questões identitárias a partir da cultura, pois, vista como espaço de embates, ela não pode mais operar as cristalizações que possibilitam as idéias de “acervo” ou “memória”, mas privilegia o que o autor chama de “aventura do involuntário”.

Para finalizar esta breve e, certamente, imperfeita apresentação, gostaria de levantar uma questão que aparece no capítulo “Entre dispositivos e agenciamentos”, no qual Pellejero trata do diálogo entre Deleuze e Foucault, a partir da ocorrência, na obra de ambos, dos conceitos de “dispositivo” e de “agenciamento”.

Em um dado momento, trata-se de uma crise pela qual passou Foucault e pela interpretação que Deleuze faz desse momento na vida do amigo, no livro dedicado a ele:

É assim que Deleuze interpreta o longo silêncio que segue à La volonté de savoir: Foucault teria tido a sensação de que se teria fechado nas relações de poder. Deleuze comenta: “O fracasso final do movimento das prisões, depois de 1970, já entristecera Foucault; outros acontecimentos posteriores, à escala mundial, aumentaram essa tristeza. Se o poder é constitutivo de verdade, como conceber um «poder de verdade» que já não seja verdade do poder, uma verdade

que derive das linhas transversais de resistência e já não das linhas integrais de poder? Como «franquear a linha»? (PELLEJERO, 2010, p. 130)

A tristeza de Foucault encontra um eco em outros autores contemporâneos seus, como Guattari, que se dizia frustrado com os rumos apontados pela década de 1980; como Barthes, desiludido em seu embate com a doxa, a ponto de os amigos dizerem que ele desistiu de lutar contra as consequências do acidente que sofreu; e, finalmente, como o próprio Deleuze, que decidiu pôr fim a sua vida. Essa corrente negativa no final da vida desses pensadores, que para alguns se apresenta em termos pessoais, como problemas de saúde, por exemplo, mas que se configura também a partir da “nova ordem mundial”, parece desorientá-los em suas idéias. Nota-se, em momentos esparsos, sobretudo das entrevistas que concedem, que há um tom melancólico, como se uma luta chegasse ao fim sem nenhuma vitória. Evidentemente, a permanência de suas idéias desmente esse sentimento e um livro como o de Eduardo Pellejero é a prova do que o pensamento deleuziano, por exemplo, permite avançar em termos de criatividade e de uma certa “resistência” (entre aspas para evitar as filiações possíveis do termo) ao discurso hegemônico.

No campo dos estudos literários, esses pensadores franceses contemporâneos continuam permitindo interações e agenciamentos dos mais diversos, que vão da defesa da tradição construída por Bloom contra suas idéias, que ele identifica como “crítica do ressentimento”, até a apropriação dos conceitos por eles criados pela corrente dos estudos culturais, passando, evidentemente, pelas abordagens de cunho psicanalítico ou sociológico.

Espero que minha fala tenha lacunas suficientes para suscitar nos ouvintes a vontade de ler o livro, sobre o qual muito ainda pode ser dito. Tenho certeza de que o faremos em nossos próximos cursos, pois é inegável a contribuição que ele traz para os estudos literários e para o entendimento da ficção como um real possível, postulado por quem vê na necessidade de novos mundos um exercício incontornável nessa cidadela em que já podemos ver conviver filósofos e poetas.